

# O reflexo socioeconômico da presença militar na fronteira norte: Barcelos-AM e o 3º Batalhão de Infantaria de Selva

*The socioeconomic impact of the presence on the north borders: Barcelos-AM and the 3rd Jungle's Infantry Battalion*

**Resumo:** O Brasil tem 588 municípios em sua Faixa de Fronteira, alguns dos quais em regiões ainda carentes de desenvolvimento, como os localizados no Arco Norte. Diante disso, o presente trabalho se propõe a realizar um estudo de caso da presença e contribuição de uma Organização Militar do Exército Brasileiro no município de Barcelos-AM, a fim de responder aos seguintes questionamentos: como a presença do 3º BIS contribui diretamente na geração em emprego e renda do município de Barcelos-AM, em 2018? Essa presença agrega renda de forma significativa ao município? Gera empregos? É uma alternativa para a população jovem? Essas questões balizam o objetivo de entender qual é o impacto do papel do Estado em uma região distante dos grandes centros econômicos e isolados geograficamente do restante do País e como o investimento estatal promove o desenvolvimento. Nesse contexto, a pesquisa tem como método a análise de indicadores econômicos que colaboram com a composição do IDH no município de Barcelos. O trabalho está baseado em pesquisas bibliográficas, dados primários e documentos governamentais.

**Palavras-chave:** Defesa; Fronteiras; Estratégia da Presença; Desenvolvimento; IDH.

**Abstract:** Brazil has 588 municipalities in its Border Band, some of which are in regions still lacking in development, such as those located in Arco Norte. Therefore, the present work proposes to carry out a case study of the presence and contribution of a Military Organization of the Brazilian Army in the city of Barcelos-AM, to answer the following questions: how the presence of the 3rd BIS directly contributes to the generation in employment and income in the municipality of Barcelos-AM, in 2018? Does this presence significantly add income to the municipality? Does it generate jobs? Is it an alternative for the young population? These questions guide the objective of understanding the impact of the State's role in a region distant from the great economic centers and geographically isolated from the rest of the country and how state investment promotes development. In this context, the research has as its method the analysis of economic indicators that collaborate with the composition of the HDI in the municipality of Barcelos. The work is based on bibliographic research, primary data and government documents.

**Keywords:** Defense; Borders; Presence Strategy; Development; HDI.

**Carlos Henrique Arantes de Moraes**   
Exército Brasileiro. Comando da  
22ª Brigada de Infantaria de Selva.  
Macapá, AP, Brasil.  
chdemoraes@gmail.com

**Dan Milli Pereira**   
Exército Brasileiro. Escola de Comando e  
Estado Maior do Exército.  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.  
danmillipereira@gmail.com

**Tássio Franchi**   
Exército Brasileiro. Escola de Comando e  
Estado Maior do Exército.  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.  
tasfranchi@gmail.com

**Recebido: 14 out. 2021**

**Aprovado: 10 dez. 2021**

**COLEÇÃO MEIRA MATTOS**

**ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833**

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



## 1 Introdução

Durante todo o século XX a Amazônia brasileira teve um papel central em diversas políticas públicas que buscaram consolidar a posse, colonizar, integrar e desenvolver a região (HEMMING, 2009). Foi principalmente durante o período colonial que os limites do País se expandiram do Tratado de Tordesilhas em direção aos Andes, pela calha do rio Amazonas e seus afluentes. Por meio da construção de fortes e vilas a Coroa Portuguesa tomou posse da área, ratificando o feito em diversos tratados como o de Madrid (1750) (CASTRO, 2009). O Império do Brasil fomentou a colonização da região, inclusive com a participação direta dos militares por meio da fundação de colônias militares que tinham uma dupla função, de defesa e de desenvolver a agricultura e outras atividades produtivas (PAIM; FRANCHI, 2020). Conforme cessaram as disputas territoriais e se consolidou a delimitação das fronteiras, sendo a última a questão do Pirara, em 1904, no atual território do estado de Roraima (OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2008), o Estado Brasileiro se preocupou mais em integrar a região. No período de transição do século XIX para o XX, a figura do Marechal Candido Rondon incorporava as ações de integração não só da região como também dos indígenas, por meio das diversas comissões de instalação de linhas telegráficas, reconhecimento e demarcação de fronteiras e a criação do Serviço de Proteção aos Índios (RODRIGUES, 2017). Durante os governos de Getúlio Vargas, não cessaram as tentativas de integração e a criação de políticas e agências com a função específica de desenvolver a Amazônia, como a Marcha para o Oeste (MAIA, 2010) e a Super Intendência de Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM (FRANCHI, 2013). No período dos governos militares diversas ações entre 1964 e 1985 podem ser observadas. A criação da Zona Franca de Manaus, pelo então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco; os polos e projetos de mineração de Carajás, Serra do Navio e outros; a ampliação da malha viária e da presença do Estado criando uma rede mais efetiva de comunicação e controle da região (BECKER, 2009). No século XXI, os planos de integração regionais seguiram e se ampliaram com a iniciativas como do “os Planos de Aceleração do Crescimento (PAC I e II) e a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura da América do Sul (IIRSA). Que segundo Edna Castro, “assumem a mesma orientação de integração competitiva, adotando um modelo de modernização com base em megaprojetos de investimentos. Ambos estão articulados pela concepção de eixos de integração e desenvolvimento” (CASTRO, 2012, p. 45). Além disto, toda uma série de usinas hidroelétricas foram implantadas de modo a suprir a região de um elemento essencial ao desenvolvimento moderno, a energia elétrica (MORETTO, 2012). De modo geral na Amazônia “a ocupação humana foi crescente em obediência aos ciclos econômicos vividos na região” (THÉRY, 2005, p. 40).

Nas Políticas Nacional de Defesa do Brasil (BRASIL, 2020c), o aspecto da contribuição ao desenvolvimento pode ser percebido entre os argumentos oficiais presentes no documento e em outras políticas públicas desenvolvidas pelas Forças Armadas que se traduzem em ações e procedimentos quanto aos assuntos de defesa e segurança na região, destacando-se os manuais doutrinários do Exército Brasileiro de *Operações na selva* (BRASIL, 1997a), *Sobrevivência na selva* (BRASIL, 1999) e *Batalhão de Infantaria de Selva* (BRASIL, 1997b) que aprofundam a atuação da Força Terrestre na região.

A diversidade local, somada à vasta extensão territorial do Brasil e às dificuldades em desenvolver a região, exigem uma postura nacional mais efetiva na gestão e desenvolvimento sustentável regional (BECKER, 2009; MEDEIROS FILHO, 2020). Nesse contexto, a Amazônia apresenta como particularidade uma baixa densidade populacional, falta de infraestruturas como rodovias e portos, o que por vezes dificulta o desenvolvimento econômico e a integração com o restante do Brasil. Isso possibilita o surgimento de “áreas periféricas e espaços juridicamente não apropriados” (BECKER, 2009, p. 35), e pode possibilitar um recrudescimento das temáticas geopolítica e de securitização pela condição social e econômica regional (MEDEIROS FILHO, 2020).

Todas essas características apresentadas crescem de importância o assunto de debate sobre a presença militar na Amazônia, particularmente nos municípios mais deslocados na faixa de fronteira. Onde a debilidade no desenvolvimento econômico potencializa as ameaças à segurança e defesa, o que exige das Forças Armadas ações para auxiliar no desenvolvimento e integração destas regiões e não apenas na função de defesa territorial. A partir disso nos surgem questionamentos de como uma Organização Militar contribui no desenvolvimento local de municípios afastados dos grandes centros urbanos? A presença de uma organização militar agrega renda e gera oportunidades de emprego de modo significativo aos municípios? Para responder essa questão escolhemos analisar um caso em particular: o município de Barcelos e o 3º BIS.

Barcelos é um município que se caracteriza por ser um desses espaços. Localizado no norte do estado do Amazonas, mais precisamente na microrregião do rio Negro, com uma população estimada em 2020 de 27.638 pessoas e sobre uma área territorial de 122.461,086km<sup>2</sup> (IBGE, [2020]). A cidade recebeu em 2010 uma Organização Militar do Exército Brasileiro, atendendo às prioridades estratégicas da instituição, a dissuasão e a presença (BRASIL, 2017).

Apresentado o contexto, este artigo buscou responder a seguinte questão: *Como a presença do 3º BIS contribui diretamente na geração em emprego e renda do município de Barcelos-AM, em 2018?* Para tal, o texto está organizado da seguinte forma. Na primeira parte os fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa. Segue-se uma apresentação da Estratégia da Presença e a discussão dos dados socioeconômicos levantados, após os quais a conclusão do estudo.

## 2 Teorias e métodos

### 2.1 Referencial metodológico

A metodologia aplicada na presente pesquisa é de um estudo de caso. Segundo Yin (2001, p. 20), essa metodologia é utilizada para fins de Ciência Política, podendo ser empregada para estudos organizacionais e gerenciais, planejamentos regionais e estudos em instituições públicas, contribuindo para a compreensão que temos dos fenômenos sociais e políticos.

Permite, ainda, uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real (YIN, 2001), como no caso do presente estudo, a implantação de uma Organização Militar num município no interior do estado do Amazonas, acarretando mudanças para a região e a maturação de alguns setores locais.

Nos moldes da referida metodologia, será levantada como variante teórica (dependente) o campo socioeconômico da sociedade barcelense, analisando algumas variantes operacionais (independente) que influenciam naquele campo, como a taxa do PIB, o PIB per capita, a taxa de emprego formal e a contribuição para o comércio local.

O município de Barcelos foi escolhido para figurar nesse estudo de caso não por se tratar de uma simples unidade da amostragem (GEORGE; BENNET, 2005; YIN, 2001), mas sim para confrontar uma teoria geopolítica brasileira, verificando se há aplicabilidade e resultados positivos, ainda na contemporaneidade.

No que se refere à locação de uma Organização Militar na Amazônia, o caso de Barcelos é o mais recente<sup>1</sup>, tanto que ainda se encontra em processo de implantação. Isso oferece dados diferentes de outros municípios, também fronteiriços e amazônicos, que possuem consolidadas representações do Exército Brasileiro. Além disso, ao passar por mais de uma década do início da implantação, espera-se que os efeitos locais já tenham percepção nas variantes escolhidas para a análise do estudo de caso.

## 2.2 Referencial teórico

O presente estudo dialoga com os trabalhos de autores Carlos de Meira Mattos (2011a; 2011b), Bertha Becker (2009), Oscar Medeiros Filho (2020), Fernando da Silva Rodrigues (2020a; 2020b), Hervé Théry (2005), Therezinha de Castro (1994), José Augusto Drummond (2002), Lia Osório Machado (2005), dentre outros autores que oferecem suporte para pensar a Amazônia de modo geral e especificamente o papel das organizações militares na região. Os apontamentos desses autores serão de grande valia para o entendimento da dinâmica geopolítica e da securitização da região amazônica.

Para Mattos, as “fronteiras definem a distribuição de áreas políticas e refletem, na medida que espaço é poder, as relações de poder entre os Estados” (2011a, p. 108). Já Machado (2005) trata a definição de fronteira com complexidade devido as diferentes organizações de Estado e, com isso, diferentes noções ao longo do tempo. A autora ainda aproxima o conceito de fronteira com o surgimento do entendimento de soberania, já que era necessário limitar o “espaço policiado pela administração soberana” (MACHADO, 2005, p. 246). Essas relações quando estáveis, permitem uma convivência pacífica e o cumprimento ou estabelecimento de tratados de paz.

No entanto, a formação das fronteiras resulta de um dinamismo, surgido do crescimento populacional, da valorização da terra e da pressão da contiguidade, este último elemento compreende o conceito do espaço vital de Friedrich Ratzel (MATTOS, 2011a). Nesse sentido, a fronteira por ser uma área sensível deve possuir uma delimitação nítida e precisa, evitando o surgimento de uma área crítica com confrontos e/ou choques com Estados vizinhos (MATTOS, 2011b).

1 A 22ª Brigada de Infantaria de Selva foi implantada em Macapá-AP após o 3º BIS, no ano de 2018, porém já havia a presença do 34º Batalhão de Infantaria de Selva na cidade.

Segundo a geógrafa Bertha Becker (2009, p. 23), o processo de ocupação na Amazônia possui três períodos. O primeiro deles efetivou a “apropriação lenta e gradativa” da região por Portugal e, conseqüentemente pelo Brasil. Destaca, ainda, a dependência do mercado externo para incentivar a ocupação, a utilização da estratégia geopolítica para assegurar a ocupação de locais estratégicos e assegurar a soberania sobre o território, além da exploração de um modelo de ocupação que contava com o contato populacional entre a metrópole e os povos autóctones, incentivando o desenvolvimento por meio do crescimento endógeno.

O segundo período identificado por Becker (2009), denominado como “planejamento regional”, ocorreu entre 1930 até 1985. Nesse momento, a ocupação territorial na Amazônia ocorreu por meio de diversos incentivos governamentais para desenvolver a região, como exemplo pode-se citar a Fundação do Brasil Central (1944), a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (1966), a implantação das rodovias Belém-Brasília (1959) e Brasília-Acre (1960), a criação da Zona Franca de Manaus (1957), o Projeto Calha Norte (1985), entre outros (BECKER, 2009, p. 24).

No último período destacado por Becker (2009, p. 27), a autora cita um “esvaziamento do modelo nacional desenvolvimentista e o incremento da participação dos povos tradicionais nas decisões locais”. Ainda que haja um esvaziamento, há pelo Estado uma preocupação em reativar suas fronteiras, por meio da integração, o que permite o combate às atividades ilícitas, atribuindo um “novo papel estratégico” (BECKER, 2009, p. 56).

Dessa forma, revela-se nos estudos de Becker (2009) um foco nas questões internas das fronteiras amazônicas. Seus estudos verificaram a dicotomia entre os potenciais recursos naturais e as restrições ambientais, o que realça a dificuldade de atender os campos socioambiental e científico tecnológico devido à dificuldade em inserir a região aos mercados extrarregionais (DRUMOND, 2002). A economia extrativa, tida por vezes como a esperança da Amazônia, não tem escala ou peso significativo na composição do PIB dos Estados (CAVALCANTE et al., 2011) e acaba por promover a manutenção do que aponta Drummond (2002) de regiões com uma natureza rica e um povo pobre.

Medeiros Filho (2020, p. 78) caracteriza a fronteira amazônica como um “desafio ao Estado brasileiro, exigindo a adoção de políticas territoriais excepcionais”. As características já citadas, como a baixa densidade demográfica e as dificuldades logísticas, resultantes dos fatores naturais, tornam a região “periférica”, carente de uma política atuante do Estado. Para isso, Medeiros Filho (2020) apresenta os conceitos de *border* e *frontier*, como uma nova abordagem capaz de superar as limitações de enfoques tradicionais que muitas vezes ficavam restritas ao significado de limites. Esses conceitos encaixam-se no município de Barcelos, pois uma parte de seu território encontra-se na linha de fronteira com a Venezuela, caracterizando a *border*, que se refere a uma faixa de contato, o ponto de separação entre territórios sobre os quais os Estados limítrofes exercem suas soberanias.

Por outro lado, a sede administrativa municipal de Barcelos, encontra-se na *frontier*, com relativa distância da linha fronteira e corresponde com a noção de periferia, regiões pouco exploradas. Esse local exige do Estado uma atenção diferente da abordada pela linha limítrofe, ultrapassam as questões militares ou diplomáticas de uma jurisdição entre dois Estados, potencializando as mazelas internas do País.

A distinção entre as noções *border* (“fronteira divisa”) e *frontier* (“fronteira periferia”) é importante na medida em que delas se originam preocupações militares diversas. Enquanto a primeira sugere ameaças do tipo clássica (questões geopolíticas), a segunda se refere a ameaças insurgentes, cujas raízes geralmente deitam sobre as próprias vulnerabilidades do Estado (questões securitárias). Ambas, entretanto, estão na raiz do significado de Estado Nacional e de forças armadas como seu instrumento militar (MEDEIROS FILHO, 2020, p. 80).

Verifica-se que Medeiros Filho (2020, p. 90) ainda evoca as ações republicanas do Exército para o desenvolvimento regional, a fim de combater determinadas vulnerabilidades, na ordem da soberania interna e integridade territorial. Nesse sentido, Barcelos encontra-se na *frontier*, o que confere preocupações não apenas geopolíticas, mas também securitárias.

No escopo de uma área da *frontier*, Barcelos apresenta dificuldades de desenvolvimento. De acordo com os dados do Diagnóstico de Fronteiras (NEVES; SILVA; MONTEIRO, 2016), a região da bacia do rio Negro sofre com a desigualdade social, quantidade de população sem rendimentos e de famílias abaixo da linha de pobreza. Além disso, Barcelos apresenta baixos índices de urbanização, pequenos efetivos de segurança pública estadual e nenhuma municipal, nenhum convênio federal nos diferentes ministérios – exceção para o Ministério da Integração, moderada dependência assistencial do bolsa família, muito baixo índice de conectividade em telecomunicações e ínfima densidade em infraestruturas de transporte (NEVES; SILVA; MONTEIRO, 2016).

Nesse sentido, os conceitos apresentados por Medeiros Filho (2020) possuem aderência com os estudos de Mattos (2011b) e Becker (2009), pela necessidade de desenvolver áreas periféricas, diminuindo as vulnerabilidades do País, no campo geopolítico ou no campo securitário.

Com efeito, numa linha temporal, Mattos (2011b) verifica que um crescimento populacional ordenado na fronteira reflete no dinamismo entre os vizinhos, contribuindo para a pacificidade e estabilidade regional. Não obstante, Becker (2009) atenta para o papel estratégico do Estado em integrar essas regiões, combatendo atividades ilícitas e incentivando a economia local.

Cabe ainda ressaltar nesse referencial teórico o entendimento de estratégia da presença. Beaufre define estratégia como “a arte que permite, independentemente de qualquer técnica, dominar os problemas que coloca em si todo o duelo, justamente para permitir empregar as técnicas com o máximo de eficiência” (1998, p. 27). Em outras palavras, utilizar o que há disponível com a melhor eficiência possível para superar os óbices que distanciam do objetivo a ser atingido. Não obstante, o Exército Brasileiro entende que:

[...] a Estratégia, com base nas diretrizes políticas, indica os caminhos a seguir para se superar ou evitar os óbices que possam se antepor à concretização de objetivos, ou seja, estabelece a forma de traduzir e impor a vontade política, que, por sua vez, deve ser a expressão da vontade nacional, elemento constitutivo do poder” (BRASIL, 2020a, p 1-8).

Portanto, ao empregar uma estratégia da presença, a Força Terrestre articula a existência de forças militares em determinados locais do território nacional e, além disso, identifica a capacidade de deslocar-se rapidamente para qualquer região do País (BRASIL, 2020a), com a finalidade de superar ameaças identificadas pela política.

Particularmente para o ambiente amazônico, “a estratégia da presença subtende, além do fazer-se presente (mobilidade), o estar presente (vivificação), com o envolvimento de órgãos governamentais, tanto civis como militares” (ESTRATÉGIA..., 2015, p. 4).

Em 2015, o Exército Brasileiro, por meio de seu Centro de Estudos Estratégicos (CEEEx), inseriu um novo conceito de proteção, significando além da soberania e integridade territorial, alcançando “proteção às populações amazônicas (indígenas ou não), ao meio ambiente, às riquezas naturais e às estruturas estratégicas terrestres” (ESTRATÉGIA..., 2015, p. 5), esse conceito enfatiza que as ameaças encontradas na defesa da região podem alcançar atores e/ou narrativas diversificadas.

No ano de 2020, estudos ligados ao CEEEx, verificaram a validade da estratégia da presença, mas indicaram a necessidade de uma melhoria tecnológica nas comunicações e meios das organizações militares que cumprem esse papel.

Ao estudar a estratégia da presença militar do Exército brasileiro, entendemos que a preocupação com o papel da presença territorial ainda é válida, mas o modelo atual deve ser revisto gradualmente articulado ao avanço tecnológico no campo das comunicações e do transporte. Esse avanço deve permitir a construção de uma presença combinada com outras forças militares e agências estatais necessárias e permanente, provida de grande mobilidade, apesar da indefinição da previsão orçamentária (RODRIGUES, 2020a, p. 67).

No entanto, outras instituições deveriam unir-se a essa estratégia,

A Estratégia da Presença, dentro da defesa nacional deve ser pensada efetivamente como um sistema de operações interagências, com um comando de operações conjunto, com capacidade para atuar nas fronteiras, e na Garantia da Lei e da Ordem (RODRIGUES, 2020b, p. 67).

O Exército Brasileiro segue com a estratégia da presença, particularmente na região amazônica, onde estão os Pelotões Especiais de Fronteira e outras OM's nas principais vias penetrantes no País. De certo, não mais com a vocação de aumentar seu território, como fora utilizada pelo expansionismo português, mas para a garantia da soberania e integridade territorial. No entanto, a estratégia da presença fornece um caráter que ultrapassa o campo militar e estimula um desenvolvimento regional e a integração, seja por meio da injeção de recursos na economia local, como veremos a seguir; seja por ações subsidiárias que contribuem episodicamente com

operações que vão de atendimentos médico-odontológico às populações até operações interações de repressão à ilícitos na faixa de fronteira (PAIM; FRANCHI; FRANÇA, 2019).

Por fim, a incrementação do esforço da presença na Amazônia atende aos trabalhos apresentados por Bertha Becker e Carlos de Meira Mattos, ao longo do século XX, na potencialização da presença do Estado na região amazônica com a finalidade de confrontar as ameaças externas ou internas que se debruçam sobre a fronteira do arco norte.

### 3 A presença do Exército Brasileiro em Barcelos-AM

O território do município de Barcelos está situado na calha norte do Rio Amazonas, na bacia do rio Negro. A região da Calha Norte do rio Amazonas é delimitada por todo o território à norte do rio Solimões-Amazonas, e se caracteriza por ser uma das regiões geograficamente mais isoladas do País. As únicas estradas de vulto que cortam a região no sentido longitudinal são a BR-174, em Roraima e a BR-156, no Amapá. Desse modo, a conexão regional com o restante do Brasil se limita a alguns poucos voos em aeroportos precários (NEVES; SILVA; MONTEIRO, 2016) e sendo o principal meio de transporte o fluvial, feito por barcos regionais que sofrem restrições nos períodos de cheia e vazante dos rios<sup>2</sup>.

Figura 1 – Microrregião do Rio Negro



Fonte: Os autores (2021).

2 A precipitação possui grande variação ao longo do ano e a região tem elevada taxa de evapotranspiração, identificam-se a existência de basicamente dois regimes pluviométricos distintos, um chuvoso, com elevada precipitação e diretamente influenciado pela migração sazonal da ZCIT na direção meridional, e outro menos chuvoso, sem período de seca definido (FISCH; MARENGO; NOBRE, 1998; SOUZA; AMBRIZZI, 2003).

A bacia do rio Negro corresponde a uma área de extensão territorial com aproximadamente 715 mil km<sup>2</sup>, cuja característica é a variação do nível das águas, que variam em média de 10 a 12 metros conforme a sazonalidade anual (SOBREIRO, 2016) e a tonalidade escura, devido à presença de uma alta carga de ácidos orgânicos dissolvidos oriundos da matéria orgânica em decomposição, vinda da floresta de “igapó” (SIOLI, 1985). O município de Barcelos está localizado à margem direita do rio Negro, é considerado o maior município em extensão territorial do estado do Amazonas com 112.450,76 km<sup>2</sup> (IBGE, [2020]). As principais atividades econômicas da região da bacia do médio rio Negro são a agricultura de coivara (roça), a extração de recursos florestais (frutos, madeira e fibras de piaçaba), a caça de animais silvestres, o artesanato e a pesca em diferentes modalidades (subsistência, comercial, ornamental e esportiva). As contribuições para a economia local são os benefícios dos programas do Governo Federal como bolsa família e bolsa escola, além das aposentadorias e dos cargos assalariados como professores, funcionários da área da saúde e militares (SOARES et al., 2008).

A via de acesso do rio Negro, diante das características apresentadas, serve como uma das rotas de tráfico entre o Brasil e Colômbia, além de ser uma fronteira também com a Venezuela. Ainda que ocorra o tráfico de drogas, mulheres e crianças, a principal rota de comércio ilegal que ocorre na região é de armas, particularmente pela dinâmica de grupos armados paramilitares dos países vizinhos (TOBÓN, 2011).

Nos diferentes períodos históricos, a estratégia da presença permitiu ao Brasil a garantia do território. A cobiça sobre o território amazônico ocorre desde o período colonial, com as coroas Portuguesas e Espanhola disputando o controle da região. Pelo Tratado de Tordesilhas (1494), o que hoje chamamos de Amazônia brasileira era de posse espanhola. No entanto, o Império Português estimulou expedições militares para tomar posse e construir fortes militares na intenção de montar uma espécie de “anel defensivo” (BENTO, 2017, p. 82; CASTRO, 1994, p. 144), o que possibilitou a fundamentação diplomática do *uti possidetis* anos mais tarde para confirmar a soberania do Brasil (REZENDE, 2006). No período imperial, os fortes militares ultrapassavam a missão de defender a integridade territorial. Conforme expõe Mattos (2011b, p. 118):

Em seguida, vamos ver que esta experiência simbólica – forte-povoamento – frutificou, e o Império, em 1840, ao criar as Colônias Militares, pretendeu estendê-las como processo de fixação de população em determinados pontos da fronteira terrestre desabitada; o forte já não era tão necessário, mas o quartel o substituiria, oferecendo um apoio social à população adjacente.

A expansão ao oeste com o propósito de ocupar definitivamente e integrar aquela região com o restante do País, bem como uma espécie de resposta aos temas de securitização da agenda internacional são objetivos buscados na história mais recente da estratégia da presença.

Atualmente, as Forças Armadas têm 44.369 militares na região amazônica. Particularmente o Exército Brasileiro conta com 29.699<sup>3</sup> soldados (BRASIL, 2019a, p. 45), o que representa 14,12% do efetivo da instituição<sup>4</sup> e a maioria dos militares na região.

Em Barcelos, a presença militar iniciou-se no século XVIII, mais precisamente em 1755, quando o local possuía o nome de Mariuá. Nas margens do rio Negro, Mendonça Furtado – irmão do Marquês de Pombal – criou a Capitania de São José do Rio Negro. A criação de uma capitania no interior do Amazonas que originou hoje o estado do Amazonas, indicava a “determinação geopolítica de Pombal de ocupar efetivamente a Amazônia” (RIBEIRO, 2005, p. 82).

Desse modo, a cidade de Barcelos materializa a estratégia da presença desde um período histórico quando as fronteiras entre os Estados Nacionais não estavam consolidadas. No entanto, com a transferência da capital da província para Manaus no século XIX, o quartelamento localizado em Barcelos foi esvaziado. Seu efetivo foi dividido entre a nova capital e o Forte de São José de Marabitanas, localizado no distrito de Cucuí, em São Gabriel da Cachoeira-AM.

Após um longo período sem a presença militar no território barcelense, em 2007, o Exército Brasileiro iniciou as obras para transferir o 3º Batalhão de Infantaria, sediado na cidade de Niterói-RJ para o município de Barcelos-AM. Sua ativação foi realizada em 2010 e, para atender a uma drástica mudança de região geográfica, a denominação passou-se a 3º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), adequando a organização de seus meios e pessoal para um ambiente específico como o da floresta amazônica.

#### **4 Estrutura do 3º Batalhão de Infantaria de Selva**

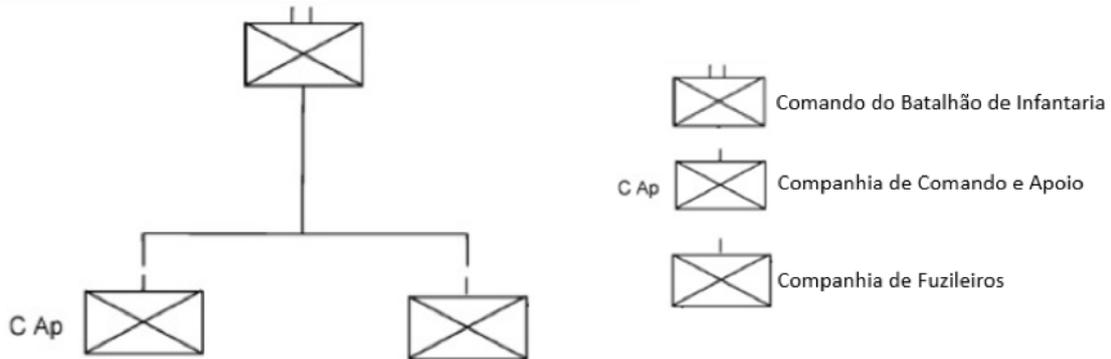
Atualmente, o 3º BIS se encontra em fase de implantação com seu Quadro de Organização (QO) incompleto. Essa medida é comum na chegada de uma OM do Exército em novos locais, a implantação é feita por fases até o alcance completo do efetivo militar (QO) e dos meios necessários para operar (Quadro de Material), alcançando a plenitude operacional.

Considerando os manuais existentes no Exército Brasileiro, um BIS é constituído por um comandante, seu Estado Maior, uma Companhia de Comando e três Companhias de Fuzileiros (BRASIL, 1997b, p. 1-6). Atualmente, o 3º BIS possui apenas uma Companhia de Comando e uma Companhia de Fuzileiros, subordinadas ao Comando e Estado-Maior (ver Figura 2). A instalação das outras duas Companhias de Fuzileiros deverão ocorrer num cenário futuro provável.

3 Esse número é o resultado da soma de 20.259 militares no Comando Militar da Amazônia com 9.440 no Comando Militar do Norte.

4 Não está sendo considerado o estado do Tocantins, em que pese essa Unidade da Federação pertence à região Norte pelo IBGE, a divisão territorial dos Comandos Militares consta o Tocantins como área de responsabilidade do Comando Militar do Planalto.

Figura 2 – Organograma atual do 3º BIS



Fonte: Elaborado pelos autores com base em BRASIL, 1997b.

Diante da Figura 2, o 3º BIS possui três frações, cada uma com uma organização própria, cuja soma dessas três frações representam um efetivo previsto naquela Organização Militar, demonstrada na Tabela 1.

O comando de uma Organização Militar possui sete militares (BRASIL, 2003a), tem a incumbência de produzir conhecimentos de inteligência, realizar estudos de situação, elaborar planos e ordens e supervisionar a execução destes (BRASIL, 2003c).

A Companhia de Comando e Apoio de um BIS compõe-se de um Comandante e um Subcomandante, acrescentados de sete Pelotões, quais sejam, de Comando, Saúde, Suprimento, Manutenção e Transporte, Anticarro e de Morteiros (BRASIL, 2003b).

Por último, o 3º BIS conta ainda com uma Companhia de Fuzileiros responsável pela manobra tática do Batalhão, possuindo três Pelotões de Fuzileiros, um Pelotão de Apoio e uma Seção de Comando (BRASIL, 1997b).

Tabela 1 – Efetivo previsto para atender o atual Quadro de Organização do 3º BIS

	Comando do Batalhão	Companhia de Comando e Apoio	Companhia de Fuzileiros
Comandante	1	1	1
Subcomandante	1	1	-
Estado Maior	5	-	-
Seção de Comando	-	-	18
Pelotão de Fuzileiros	-	-	35 (x3)
Pelotão de Apoio	-	-	18
Pelotão de Comando	-	54	-
Pelotão de Saúde	-	24	-
Pelotão de Manutenção e Transporte	-	31	-

	Comando do Batalhão	Companhia de Comando e Apoio	Companhia de Fuzileiros
Pelotão de Suprimento	-	34	-
Pelotão Anticarro	-	17	-
Pelotão de Morteiros	-	42	-
Pelotão de Comunicações	-	25	-
SOMA DE CADA FRAÇÃO	7	229	142
<b>TOTAL</b>	<b>378</b>		

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Brasil, 1997b, 2003b.

A partir do Quadro de Organização do 3º BIS e da Tabela 1, pode-se inferir que o atual efetivo de militares servindo em Barcelos-AM é de 378 militares<sup>5</sup>, ressaltando a tendência de aumento do efetivo, conforme explicado anteriormente.

**Tabela 2 – Efetivo previsto para atender o atual Quadro de Organização do 3º BIS**

	Comando e Estado Maior	Companhia de Fuzileiros	Companhia de Comando e Apoio	TOTAL
Coronel	1	0	0	1
Tenente Coronel	1	0	0	1
Major	2	0	0	2
Capitão	3	1	2	6
1º Tenente	0	2	5	7
2º Tenente	0	2	4	6
Subtenente	0	1	1	2
1º Sargento	0	1	2	3
2º Sargento	0	4	13	17
3º Sargento	0	13	35	48
Cabo	0	32	71	103
Soldado	0	86	96	182
SOMA	7	142	229	378

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Brasil, 1997b, 2003b.

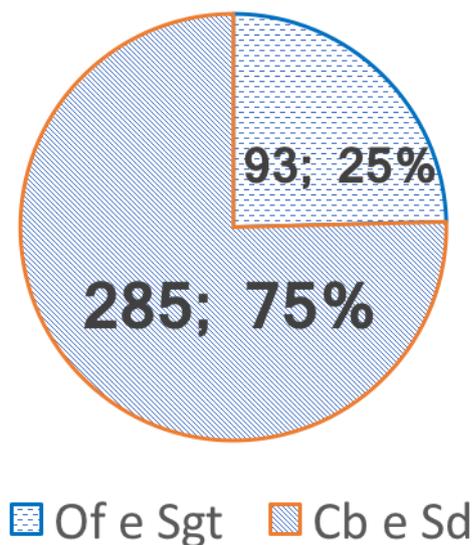
5 Cabe ressaltar que pode haver variações. O órgão movimentador de efetivos do Exército Brasileiro utiliza sempre esse Quadro de Organização para amparar as movimentações (transferências) de militares, no entanto pode haver pequenas distorções, tanto para maior, quanto para menor, em determinados períodos.

A partir da Tabela 2, consegue-se, ainda, verificar o efetivo de militares em cada posto ou graduação militar, permitindo uma abordagem aproximada da absorção de cidadãos barcelenses pelo 3º BIS.

Os efetivos de Cabos e Soldados são ocupados por cidadãos que prestam o serviço militar obrigatório, conforme o Art. 143 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Essa obrigatoriedade é de cerca de 1 ano, permitindo a possibilidade, mediante voluntariado, de permanecer por até 8 anos na prestação do serviço.

Portanto, a soma dos efetivos de Cabos e Soldados do 3º BIS apontam que, no mínimo, 285 militares que servem naquela unidade são cidadãos que residiam no município ao realizarem o alistamento militar obrigatório. Diante desse dado, somado a Tabela 2, pode-se inferir que no efetivo da Organização Militar a maioria é constituída por cidadãos originalmente residentes em Barcelos, mesmo antes do Serviço Militar Obrigatório.

Gráfico 1 – Proporção de Oficiais/Sargentos e Cabos e Soldados no 3º BIS



Fonte: Os autores (2021).

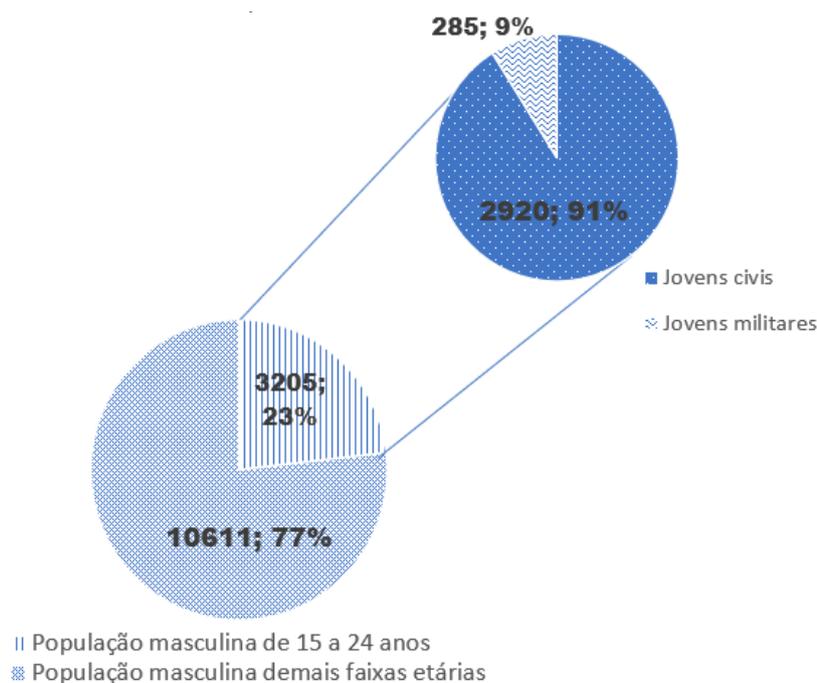
No que se refere aos efetivos de Oficiais e Sargentos, existe a condição de militares de carreira que ingressam na instituição mediante concurso. Esse fato não impede que o cidadão barcelense acesse esses postos, porém a cidade natal ou de residência do militar de carreira não é objeto para sua alocação, podendo vir a servir em qualquer Organização Militar no território nacional<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Cabe, ainda, ressaltar que a porta de entrada para cidadãos incorporarem aos claros de Oficiais e Sargentos de carreira do Exército Brasileiro é mediante a realização de concursos públicos anuais para diferentes escolas de formação (AMAN, IME, EsFECEx, EsSEx, ESA e EsLog são os principais exemplos).

Há, ainda, a condição de Oficiais e Sargentos temporários, que não necessitam de concursos para ingressarem na instituição. No caso de Oficiais, durante o alistamento, a depender da situação educacional, o jovem conscrito pode ser encaminhado para as Organizações Militares ou estabelecimentos de ensino de formação de oficiais temporários. Como em Barcelos não existem esses estabelecimentos, essa possibilidade é praticamente impossível para os cidadãos que se alistam no município. Já para os claros de Sargento temporário, são militares que se destacaram nos postos de Soldado e Cabo, mediante curso de formação na própria Organização Militar sendo promovidos a 3º Sargento, caso haja vaga para serem preenchidas.

Isso mostra que uma amostra de 285 jovens “locais”, que corresponde a 1,1% dos 25.718 habitantes estimados em Barcelos possuem contato direto com o 3º BIS. Mais detalhadamente, esse universo compõe 9% da população jovem masculina do município, conforme o Gráfico 2. Isso considerando que o Serviço Militar Obrigatório alcança apenas o gênero masculino e, pela legislação, seu foco seriam os jovens com 18 anos de idade.

Gráfico 2 – Quantidade de jovens barcelenses em contato direto com o Exército Brasileiro



Fonte: Elaborado pelos autores com base no IBGE, [2020].

Nesse contato, valores que estimulam a consciência cívica são passados para esses jovens, consolidando o dever de defesa da pátria, moldando o sentimento nacional e, por último, atendendo o desenvolvimento da mentalidade de defesa e integração da expressão militar com a sociedade, conforme a concepção estratégica do Exército (BRASIL, 2020c). As consequências geradas por esse contato serão inferidas na próxima seção, particularmente nos campos sociais e econômicos da sociedade barcelense.

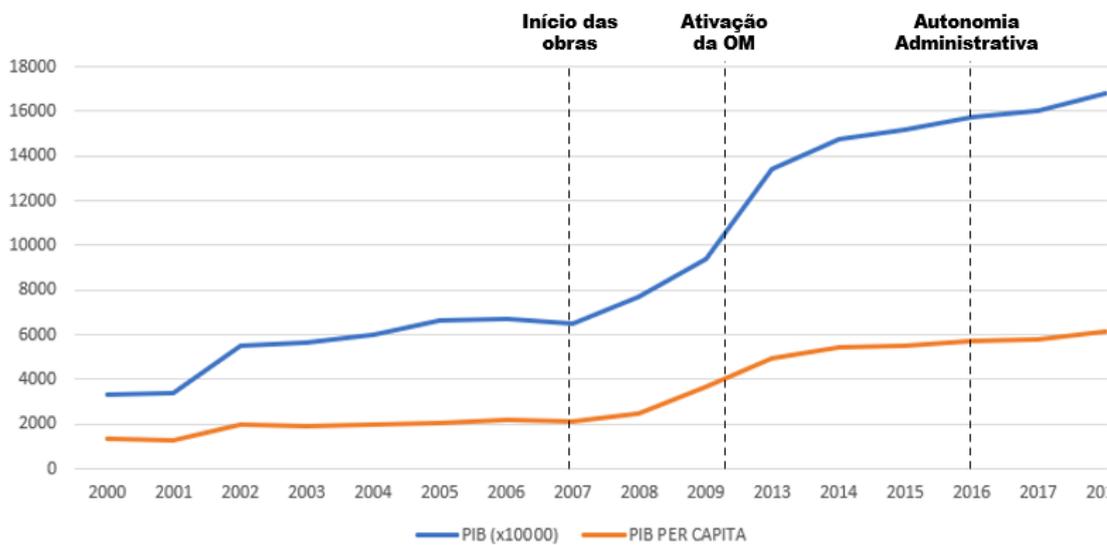
## 5 Contribuições socioeconômicos do 3º BIS para o município de Barcelos

A concepção estratégica da Força Terrestre “decorrente de estudos, análises e avaliações, que indica como o Exército deve ser empregado para cumprir sua missão” (BRASIL, 2017, p. 5) no que tange a estratégia da presença, constam como aspectos fundamentais os campos militares, psicossociais e políticos, sem fazer alusão ao campo econômico. Todavia, neste trabalho este último será levado em consideração, isso porque o entendimento de desenvolvimento não pode separar-se de uma economia ativa.

Para além do isolamento do município de Barcelos, pesa também o fato de que não existem grandes projetos minerários ou de desenvolvimento no território do município, sendo sua renda oriunda de pagamentos à funcionários públicos e atividades extrativas, com destaque para a comercialização de peixes ornamentais (LADISLAU, 2017). O que corrobora as explicações de Drummond (2002) sobre o desenvolvimento econômico regional, onde adverte que a abundância de recursos naturais numa região não necessariamente proporciona um bom desenvolvimento. Além da historiografia local, o “crescimento econômico significa o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica” (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 347). Sendo assim, entende-se que o crescimento econômico é um reflexo proporcional do desenvolvimento regional, citado na Ação Estratégica de Defesa (AED) nº 17, como ação de “intensificar a contribuição de diversos setores governamentais para a proteção, o desenvolvimento e a maior integração da região Amazônica com as demais regiões do País” (BRASIL, 2020c, p. 64, grifo nosso). No caso do 3º BIS em Barcelos, parte dos custos de implantação foram custeados pelo Comando Militar da Amazônia e parte pelo Programa Calha Norte (NEVES; SILVA; MONTEIRO, 2016, p. 69).

De início, é perceptível um incremento na economia local quando se visualiza a sequência do PIB e PIB per capita registrados pelo IBGE nos últimos anos.

Gráfico 3 – Acompanhamento do PIB e PIB per capita de Barcelos



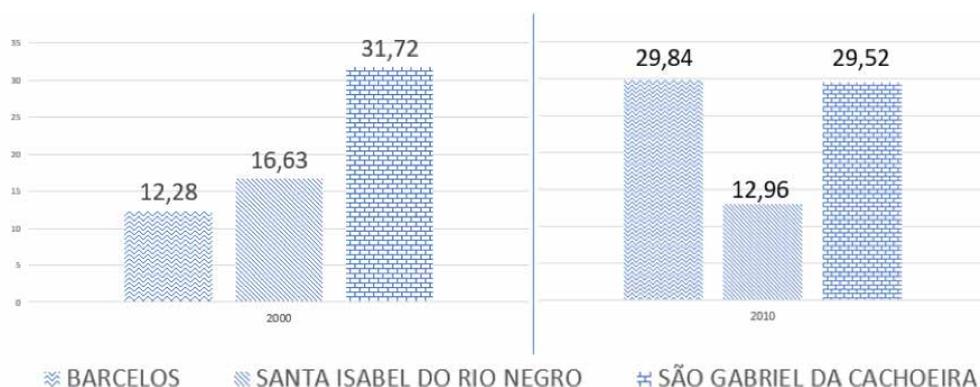
Fonte: Os autores (2021).

Conforme o Gráfico 3, o PIB e o PIB per capita municipal apresentaram um acríve desde o início das obras em 2007. Após a ativação do 3º BIS, em 2010, as curvas confirmaram o movimento de subida, principalmente no PIB, demonstrando que a presença da Organização Militar pode ter influência no desenvolvimento econômico regional.

Além disso, essa comprovação pode ser percebida pela razão do grau de formalização do trabalho das pessoas ocupadas, acima de 18 anos, e o número total de pessoas. Em 2000, primeiro censo a medir esse dado, Barcelos possuía uma razão de 12,28. Após dez anos, no último recenseamento de 2010, com a presença do 3º BIS na cidade, essa razão aumentou para 29,84, demonstrando um aumento de trabalho formalizado, seja por carteira de trabalho assinada, ou por funcionalismo público (IBGE, 2013).

O município vizinho de Santa Isabel do Rio Negro que possui as mesmas características de Barcelos, situado na região do norte amazônico, faixa de fronteira com a Venezuela e na microrregião do rio Negro apresentou uma queda na razão dos trabalhadores formalizados de 16,63 para 12,96 no período considerado de aumento (IBGE, 2013).

Gráfico 4 – Comparação da razão entre os empregos formais em Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro



Fonte: elaborado pelos autores com base no IBGE, [2020].

O Gráfico 4 demonstra que a microrregião do rio Negro não caracterizava um aumento dos empregos formais no período considerado, apresentando inclusive uma leve queda, considerando que São Gabriel da Cachoeira diminuiu essa razão de 31,72 para 29,52. O único município da região a apresentar melhora foi Barcelos, permitindo inferir que esse aumento pode ter sido provocado por algum fator endógeno.

Segundo o portal Cidades do IBGE ([2020]), em 2018 a população ocupada de Barcelos correspondia a 1.128 habitantes, considerando que nesse dado estão os fardados residentes no município. Os 378 militares representam 33,51% dos empregos registrados, corroborando em muito para o crescimento dos números apresentados em Barcelos.

Outra possibilidade com a implantação do 3º BIS em Barcelos é o aumento do salário médio mensal dos trabalhadores formais. Em 2018, esse registro era de 1,6 salários-mínimos,

correspondendo a R\$ 1.760,00<sup>7</sup> por trabalhador. O soldo de um soldado recruta corresponde a R\$ 1.078,00, acrescido da gratificação de localidade especial<sup>8</sup> de 20%, o militar em seu serviço militar obrigatório passa a receber o salário bruto de R\$ 1.293,60.

Ressalta-se que esse valor se refere ao serviço militar obrigatório. Se voluntário para permanecer servindo ao Exército após um ano de obrigatoriedade, o soldo de um soldado engajado é de R\$1.765,00, com a soma da gratificação de localidade especial, sua remuneração bruta mensal passa a ser R\$2.118,00, ultrapassando a média dos 1,6 salários-mínimos medidos pelo IBGE.

Não obstante, espera-se uma maior movimentação econômica na cidade com o consumo dos 378 militares que obrigatoriamente residem em Barcelos. Apesar de não ter como mensurar o que cada militar, juntamente com sua família, gasta no comércio local, uma parcela desses vencimentos será utilizada no comércio local para compra de itens básicos e serviços como comida, vestuário, manutenção de veículos, combustível, entre outros, por cada uma dessas famílias residentes.

A partir das remunerações, conforme a Tabela 3, pode-se desvelar um valor máximo aproximado<sup>9</sup> que os militares podem injetar na economia local.

**Tabela 3 – Remuneração mensal bruta dos militares previstos para o 3º BIS em Barcelos**

	Soldo (R\$)	Gratificação Localidade Especial (+20%)	Efetivo previsto no 3º BIS	TOTAL (R\$)
Coronel	11.451,00	13.741,20	1	13.741,20
Tenente Coronel	11.250,00	13.500,00	1	13.500,00
Major	11.088,00	13.305,60	2	26.611,20
Capitão	9.135,00	10.962,00	6	65.772,00
1º Tenente	8.245,00	9.894,00	7	69.258,00
2º Tenente	7.490,00	8.988,00	6	53.928,00
Subtenente	6.169,00	7.402,80	2	14.805,60
1º Sargento	5.483,00	6.579,60	3	19.738,80
2º Sargento	4.770,00	5.724,00	17	97.308,00
3º Sargento	3.825,00	4.590,00	48	220.320,00
Cabo	2.627,00	3.152,40	103	324.697,20
Soldado Engajado	1.765,00	2.118,00	55	116.490,00
Soldado Recruta	1,078,00	1.293,60	127	164.287,20
SOMA				1.200.457,20

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Brasil, 2019b.

7 Cálculo realizado sobre o valor do salário-mínimo federal em 2021, R\$1.100,00.

8 Parcela remuneratória mensal devida ao militar, quando servindo em regiões inóspitas, conforme a Medida Provisória Nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.

9 Ressalta-se que esses valores são generalizados, a remuneração líquida de cada militar pode conter gratificações ou descontos individuais, de acordo com a Lei de Remuneração dos Militares (BRASIL, 2001).

De acordo com a Tabela 3, infere-se que os militares que servem no 3º BIS podem injetar aproximadamente R\$ 1.200.457,20 mensalmente na economia local. Isso pode incentivar o comércio local e o cidadão economicamente ativo a permanecer na cidade, afastando o deslocamento para grandes centros urbanos.

Outrossim, há o incremento de serviços voltados para o cotidiano de um quartel operacional. A autonomia administrativa do 3º BIS aconteceu em 2016, dando início a contratos realizados com empresas privadas para atenderem suas demandas. Essas empresas podem estar sediadas em qualquer parte do território nacional, no entanto elas, por força de lei, ao celebrarem esses contratos administrativos têm a obrigação de entregar o serviço ou material onde previsto, geralmente na sede do órgão público.

A incipiência da operacionalidade na região aponta para um crescimento na aquisição, seja de material ou serviço, para alcançar a capacidade operacional exigida de uma OM na faixa de fronteira, fomentando o comércio local ou a integração da região com diversas partes do País.

Mesmo incipiente, o aumento da demanda já pode ser percebido. Em 2016, o 3º BIS, segundo o portal governamental *Comprasnet* (BRASIL, [202-]), celebrou apenas um contrato de registro de preço, já em 2020 essa quantidade subiu para sete contratos.

Tomando por base o 5º BIS, uma unidade já consolidada no município de São Gabriel da Cachoeira-AM, localizada na mesma microrregião de Barcelos, com características logísticas que se aproximam dela. Essa unidade, em 2020, celebrou 24 contratos de registros de preço. São intenções de aquisição de materiais e contratação de serviços de demandas diversas, como por exemplo, aquisição de motor de embarcação, aparelho com o serviço de telefonia satelital, material de patrulhamento e instrução que ainda não são encontrados nas intenções do 3º BIS, podendo no futuro serem demandados para que se atinja a capacidade operacional.

**Tabela 4 – Itens das intenções de aquisição de materiais e contratação de serviços dos 3º e 5º BIS no ano de 2020.**

Intenções de compras do 3º BIS em 2020	Intenções de compras do 5º BIS em 2020
Aquisição de Gás e serviço de recarga	Serviço de fornecimento de comida
Aquisição de Gêneros Alimentícios	Aquisição de instrumentos para banda de música
Aquisição de Peças para manutenção de viaturas	Serviço de fornecimento de internet
Serviço de manutenção de maquinários em geral	Aquisição de passagem fluvial
Aquisição de insumos para odontologia	Serviço de filtração de água
Aquisição de insumos para exames laboratoriais	Serviço de manutenção em veículos
Aquisição de mobiliários em geral	Aquisição de mobiliários em geral
	Aquisição de material para manutenção predial
	Serviço de manutenção de maquinários em geral
	Aquisição de mobiliários em geral
	Aquisição de Gêneros Alimentícios
	Aquisição de material para veterinária

Intenções de compras do 3º BIS em 2020	Intenções de compras do 5º BIS em 2020
	Aquisição de motor de embarcação Aquisição de material de expediente Serviço de telefonia satelital Aquisição de aparelho satelital Aquisição de combustível Aquisição de material para patrulhamento e instrução Aquisição de material de expediente Serviço de taxi aéreo

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Brasil, [202-].

Essas intenções de aquisição de materiais e contratação de serviços, apresentadas pela Tabela 4, podem gerar reflexos primeiro na economia local, de forma direta, e num segundo momento na integração regional.

Na economia local, algumas empresas privadas já apontam para o aproveitamento da demanda do 3º BIS. Ao analisar os registros de preços constantes no site governamental *Comprasnet*, percebe-se que, do período entre 2016 até 2020, os CNPJ cadastrados com endereços de Barcelos já assinaram valores acima de R\$ 670.000,00 em intenção de compra para a Organização Militar (BRASIL, [202-])<sup>10</sup>.

Além disso, percebe-se também a presença de empresas cujos CNPJ constam cadastrados em municípios do interior amazônico, onde há a presença de Organizações Militares já consolidadas. São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé, todos do estado do Amazonas, são exemplos desse fato. Isso pode demonstrar que a presença do órgão público naquelas cidades fomentou o comércio local a se adaptar às formas peculiares de contratação ou aquisição impostas pela administração pública.

Com efeito, esses contratos entre a Organização Militar e a empresa privada fortalecem a integração regional. Mais uma vez, ao analisar as intenções de compra do 3º BIS, verifica-se que existem contratos celebrados com empresas de todas as regiões geográficas do Brasil. Tanto no caso de aquisição de material, como na prestação do serviço, essas empresas são obrigadas a realizar a entrega em Barcelos, o que permite incrementar o fluxo logístico de entrada e saída do município.

Por fim, além de aumentar a presença de instituições de Estado em Barcelos, contribuir para o pensamento de defesa e integrar a sociedade civil ao braço militar, a implantação do 3º BIS conta com a injeção de circulação monetária local, seja pelos rendimentos particulares dos militares ora residentes, seja pelos gastos públicos visando atender a demanda das atividades operacionais da Organização Militar. Isso permite fomentar o comércio, a integração com o restante do País e, conseqüentemente, desenvolver a região.

<sup>10</sup> SRP's Nº 02/2017 e Nº 02/2019.

## 6 Conclusões

Entre os municípios compreendidos dentro da Faixa de Fronteira, alguns dos mais isolados estão situados na Calha Norte do rio Amazonas. Uma região que por raras exceções tem uma baixa densidade demográfica, presença de órgãos estatais, projetos de desenvolvimento econômico de vulto, o que gera uma baixa oferta de oportunidades de geração de emprego e renda formais. Mesmo estando em uma das regiões com amplos recursos minerais e biodiversidade, esses locais permanecem com baixos índices de desenvolvimento, o que merece a atenção especial do Estado Brasileiro.

A manutenção das fronteiras e da soberania nacional sobre seu território é uma preocupação legítima, e constitucional, dos Estado-Nações modernos. Historicamente, os processos de posse, colonização e integração da região amazônica se fizeram com a presença de unidades militares nas fronteiras. Presença essa que por vezes, como no arco norte, coincidem com regiões pouco desenvolvidas, onde acabam assumindo um papel de suporte ao desenvolvimento. Mas fica a pergunta, o quanto unidades militares contribuem para o desenvolvimento local? No caso específico deste artigo: como a presença do 3º BIS contribui diretamente na geração em emprego e renda do município de Barcelos-AM, em 2018?

Os resultados encontrados nos mostram que: *(i)* considerando o total de militares residentes em Barcelos existe uma injeção monetária significativa na cidade na forma de salários; mesmo quando olhados apenas cabos e soldados recrutados na população local; *(ii)* Ainda com relação a este grupo específico de militares (Cb/Sd) a ocupação de militar em Barcelos se mostra atrativa com uma média salarial maior que a do município; *(iii)* Outro ponto é o aumento do número de vagas de empregos formais ofertados à população masculina jovem (em idade militar) gerados anualmente pelas vagas de cabos e soldados no período. Considerando, inclusive no período analisado, a diminuição de vagas na microrregião do rio Negro. Por fim, além dos incentivos econômicos particulares dos militares, *(iv)* a injeção de capitais na forma de contratos para aquisição de material e serviços de empresas locais já é significativa e deve aumentar conforme o efetivo do 3º BIS for ampliado para três companhias de fuzileiros.

Desta forma, esse estudo de caso da implantação de uma unidade militar em Barcelos-AM, aponta que a estratégia da presença em um município isolado da faixa de fronteira pode colaborar não somente com a Defesa, mas também com o desenvolvimento local de forma significativa.

### Autoria e Colaborações

Todos os autores participaram de modo equivalente na elaboração do artigo.

## Referências

- BEAUFRE, André. **Introdução à estratégia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BENTO, C. M. **Amazônia brasileira**: conquista, consolidação e manutenção: história militar terrestre da Amazônia de (1616 a 2017). 2. ed. Barra Mansa, RJ: Gráfica Drumond, 2017.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 20 jan. 2021.
- BRASIL. Governo Federal. **Portal de compras do Governo Federal**. Brasília, DF: Governo Federal, [202-]. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/assuntos/consultas-1>. Acesso em: 12 dez. 2020.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. Estado-Maior do Exército. **Estratégia**: EB20-MF-03.106. 5. ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2020<sup>a</sup>.
- BRASIL. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. **Instruções provisórias**: operações na selva: IP 72-1. [Brasília, DF]: Estado-Maior do Exército, 1997a. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/97/1/IP-72-1.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. Estado-Maior do Exército. **Instruções provisórias**: sobrevivência na selva: IP21-80. 2. ed. [Brasília, DF]: Estado-Maior do Exército, 1999. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/321/5/IP-21-80-final.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. Estado-Maior do Exército. **Manual de campanha**: batalhões de infantaria: C7-20. 3. ed. [Brasília, DF]: Estado-Maior do Exército, 2003a. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/350/5/BATALH%C3%83O%20DE%20INFANTARIA.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. Estado-Maior do Exército. **Manual de campanha**: companhia de comando e apoio: C7-15. 2. ed. [Brasília, DF]: Estado-Maior do Exército, 2003b.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. Estado-Maior do Exército. **Manual de campanha**: Estado Maior e ordens: C101-5. 2. ed. [Brasília, DF]: Estado-Maior do Exército, 2003c. v. 2. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/73/2/C-101-5-2.Volume.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

BRASIL. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. **O Batalhão de Infantaria de Selva: C72-20**. [Brasília, DF]: Estado-Maior do Exército, 1997b.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. Estado-Maior do Exército. **Sistema de Planejamento do Exército: SIPLEX/2017: fase IV Concepção Estratégica do Exército**. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro branco de defesa nacional: Brasil 2020**. [Brasília, DF]: Ministério da Defesa, 2020b. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/livro\\_branco\\_congresso\\_nacional.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf). Acesso em: 24 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Memento nº 85**. Brasília, DF: Departamento de Organização e Legislação, 2019a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política nacional de defesa [e] Estratégia nacional de defesa**. [Brasília, DF]: Ministério da Defesa, 2020c. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congresso\\_.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf). Acesso em: 24 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019**. Altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, e o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar [...] e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2019b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13954.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13954.htm). Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001**. Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nos 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/2215-10.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2215-10.htm). Acesso em: 28 jan. 2021.

CAVALCANTE, K. V. et al. O extrativismo no século XXI: a castanha no Amazonas. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 9. 2011, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2011. Tema: Políticas públicas e a perspectiva da economia ecológica.

CASTRO, A. H. F. de C. **Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações no Brasil de 1504 a 2006**. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009. (Regiões Norte e Nordeste, v. 2).

CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno CRH**, Bahia, v. 25, n. 64, p. 45-62, abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/NZSbnDjKLMvfNgtDKcp3jb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2021.

CASTRO, T. de. **Nossa América: geopolítica comparada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

DRUMMOND, J. A. Natureza rica, povos pobres? - questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, ano 5, n. 10, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/dNCtLBtNZMWVLTl4X3gtVDJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2021.

ESTRATÉGIA da presença: antigos conceitos novas ideias. **Informativo Estratégico**. Brasília, DF: Centro de Estudos Estratégicos do Exército, 2015. Disponível em: [http://www.nec.cms.eb.mil.br/attachments/article/81/IE\\_01\\_15\\_Estrt%20Presen%C3%A7a\\_10%20Abril.pdf](http://www.nec.cms.eb.mil.br/attachments/article/81/IE_01_15_Estrt%20Presen%C3%A7a_10%20Abril.pdf). Acesso em: 15 jul. 2021.

FRANCHI, T. **Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical: o discurso brasileiro sobre a Amazônia no século XX**. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14525>. Acesso em: 23 nov. 2020.

FISCH, G.; MARENCO, J. A.; NOBRE, C. A. Uma revisão geral sobre o clima da Amazônia. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 28, n. 2, p.101-126, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aa/a/NVRbNSn7P5z4hjtFNmMjLjx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2021.

GEORGE, A. L. BENNETT, A. **Case studies and theory development in the social sciences**. Cambridge: MIT Press, 2005.

HEMMING, J. **Tree of rivers: the story of the Amazon**. [London]: Thames & Hudson, 2009.

IBGE. Atlas municipal, estadual e Brasil, 2013. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acessado em: 28 de janeiro de 2021.

IBGE. Cidades. Amazonas. **Barcelos: panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, [2020]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/barcelos/panorama>. Acessado em: 25 de julho de 2021.

LADISLAU, D. da S. **Perfil sócio-econômico e etnoconhecimento ictiológico de “piabeiros” do município de Barcelos, Amazonas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Pesqueiras nos Trópicos) – Faculdade de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6030>. Acesso em: 24 nov. 2021.

MACHADO, L. O. Estado, territorialidade, redes: cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, M. L. (org.). **Continentes em chamam**: globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 246-284.

MAIA, J. M. E. As ideias que fazem o Estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 621-655, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/H4VL44KwTnJj9K5qK9wDCPQ/?lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2021.

MATTOS, C. de M. Geopolítica e destino. In: MATTOS, C. de M. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Biblioteca do Exército. 2011a. v. 1, p. 83-197.

MATTOS, C. de M. Geopolítica e teoria das fronteiras. In: MATTOS, C. de M. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Biblioteca do Exército. 2011b. v. 3, p. 9-124.

MEDEIROS FILHO, O. Desafios do Exército Brasileiro nas fronteiras amazônicas: entre a *border* e a *frontier*. **Coleção Meira Mattos**: revista de ciências militares, Rio de Janeiro, v. 14, n. 49, p. 77-97, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/article/view/2965>. Acesso em: 24 nov. 2021.

MORETTO, E. M. et al. Histórico, tendências e perspectivas no planejamento espacial de usinas hidrelétricas brasileiras: a antiga e atual fronteira Amazônica. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 15, p. 141-164, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/7fk7SbTFMD6KbhDSFMVr8C/?lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2021.

NEVES, A. J. das; SILVA, J. C. da; MONTEIRO, L. C. do. R. (org.). **Mapeamento das políticas públicas federais na faixa de fronteira**: interfaces com o plano estratégico de fronteiras e a estratégia nacional de segurança pública nas fronteiras. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/2659>. Acesso em: 24 nov. 2021.

OLIVEIRA, R. G.; MAGALHÃES, M. das G. D. Questão do pirara: Roraima. **Textos e Debates**, Boa Vista, v. 1, n. 14, p. 103-117, 2008. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/textosedebates/article/view/878>. Acesso em: 24 nov. 2021.

PAIM, R. de A.; FRANCHI, T. Colônias militares na região Norte do Brasil: colonização, povoamento e seu arcabouço jurídico ao longo dos anos. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 705-738, set./dez. 2020.

PAIM, R. de A.; FRANCHI, T.; FRANÇA, R. L. Operações de garantia da lei e da ordem e de faixa de fronteira: breve análise do ordenamento jurídico atual. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 72, p. 141-166, set./dez. 2019.

REZENDE, T. V. F. de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-16072007-123916/publico/TESE\\_TADEU\\_VALDIR\\_FREITAS\\_REZENDE.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-16072007-123916/publico/TESE_TADEU_VALDIR_FREITAS_REZENDE.pdf). Acesso em: 24 nov. 2021.

RIBEIRO, N. de F. **A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita**. Brasília, DF: Senado Federal, 2005.

RODRIGUES, F. da S. Marechal Rondon e a trajetória de um militar sertanista na Primeira República Brasileira: investigação sobre a intervenção do Estado e o processo civilizador da população indígena. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 122-134, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/23277/15445>. Acesso em: 24 nov. 2021.

RODRIGUES, F. da S. A Estratégia da presença no contexto da transformação militar como peculiaridade de defesa no Brasil. **Artigos Estratégicos**, Brasília, DF, v. 8, n. 1, p. 55-69, jan./jun. 2020a. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExArE/article/view/4844/4129>. Acesso em: 24 nov. 2021.

RODRIGUES, F. da S. Estratégia da presença e evolução militar no Brasil: passado e presente. **Artigos Estratégicos**, Brasília, DF, v. 15, n. 1, p. 51-64, dez./fev. 2020b. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/view/3403/2772>. Acesso em: 24 nov. 2021.

SILVA, G. do C e. **Geopolítica del Brasil**. Traducción de Paulo R. Schiling. Ciudad de México, El cid, 1978.

SIOLI, H. **Amazônia: fundamentos de ecologia da maior região de florestas tropicais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

SOARES, M. G. M. et al. **Peixes de lagos do médio Rio Solimões**. 2. ed. Manaus: Instituto Piatam, 2008.

SOBREIRO, T. Dinâmica socioecológica e resiliência da pesca ornamental em Barcelos, Rio Negro, Amazonas, Brasil. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, DF, v. 7, n. 2, p. 118-134, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/15862/14161>. Acesso em: 24 nov. 2021.

SOUZA, E. B.; AMBRIZZI, T. Pentad precipitation climatology over Brazil and the associated atmospheric mechanisms. **Climanálise**, [São Paulo], v. 5, n. 6, p. 36-44, 2003. Disponível em: [http://climanalise.cptec.inpe.br/~rclimanl/revista/pdf/artigo\\_pentad\\_jan03.pdf](http://climanalise.cptec.inpe.br/~rclimanl/revista/pdf/artigo_pentad_jan03.pdf). Acesso em: 24 nov. 2021.

THÉRY, H. Situações da Amazônia no Brasil e no Continente. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 37-49, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/hfqM9sCggM7MZTfZZRJMxhb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2021.

TOBÓN, K. A. El tráfico de armas en Colombia: una revisión desde los orígenes a los destinos. **URVIO: Revista Latino Americana de Seguridad Ciudadana**, Quito, n. 10, p. 36-59, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5407135>. Acesso em: 17 out. 2021.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. dos. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 8, n. 2, p. 344-369, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679>. Acesso em: 24 nov. 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.